REVISTA ELETRÔNICA
IURIS NOVARUM / ISSN 2764-247X

UNIR | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PORTAL DE PERIÓDICOS · UNIR / PROPESQ periodicos.unir.br

EDITORIAL

REVISTA IURIS NOVARUM

EDIÇÃO 1 · VOLUME 6 · ANO 2026

DIREITO · SOCIEDADE · TECNOLOGIA · TERRITÓRIO · DEMOCRACIA

A Revista Iuris Novarum, vinculada ao Curso de Direito do Campus de Cacoal da Universidade Federal de Rondônia, apresenta a Edição 1 do volume 6, correspondente ao ano de 2026. O novo número reafirma a vocação do periódico para acolher investigações jurídicas críticas, interdisciplinares e socialmente relevantes, aproximando a reflexão acadêmica dos problemas concretos que desafiam o Direito contemporâneo. Em sua composição atual, a edição articula proteção de direitos fundamentais, transformação tecnológica, conflitos territoriais, justiça socioambiental, democracia e governança.

Até o presente momento, a edição reúne quatro artigos submetidos, distintos em seus objetos imediatos, mas convergentes na preocupação com a efetividade dos direitos e com a capacidade das instituições de responder às transformações sociais. O conjunto evidencia a abertura temática da Iuris Novarum e sua aposta em trabalhos que dialoguem com perspectivas processuais, filosóficas, políticas, tecnológicas e socioambientais.

O primeiro trabalho, *Grooming no ambiente virtual: desafios para a proteção de criança e adolescente e para a investigação criminal no Brasil*, de Elimei Paleari do Amaral Camargo, Emanuele Giachini Botelho e Maurício Rogério Botelho, examina o aliciamento de crianças e adolescentes no ambiente virtual e relaciona a proteção integral aos desafios da investigação criminal. O estudo situa a proteção infantojuvenil no debate sobre tecnologia, responsabilidade, prova eletrônica e segurança digital.

Em seguida, *Discussões procedimentais e críticas sobre a audiência de mediação dos litígios coletivos possessórios*, de Roberto de Paula, Kátia de Oliveira da Silva e Claudemir Lopes Bozzi, problematiza limites do tratamento processual das ações possessórias e examina a audiência de mediação como instrumento de diálogo nos conflitos coletivos pela terra. A contribuição recoloca a prestação jurisdicional diante da complexidade social dos conflitos fundiários e da necessidade de soluções construídas com participação institucional e social.

A dimensão territorial e socioambiental é aprofundada em *Conflitos socioambientais e a disputa pela terra: uma análise filosófica do conceito de propriedade e o direito à posse em territórios indígenas na Amazônia*, de Douglas Aparecido Bueno. O texto articula filosofia política, antropologia e direito indigenista para confrontar a propriedade privada com formas indígenas de relação com o território, ampliando a discussão sobre direitos originários, posse tradicional, pluralismo jurídico e justiça socioambiental na Amazônia.

O quarto manuscrito, *O papel das tecnologias, da democracia e da legislação para a construção de uma governança mais transparente*, de Dny Sandra da Silva Souza, analisa a transparência pública a partir da interação entre inovação tecnológica, participação cidadã e legislação. O artigo reconhece o potencial das tecnologias da informação para fortalecer o acesso a dados e a responsabilidade governamental, ao mesmo tempo em que discute exclusão digital, manipulação de informações e limites da participação democrática.

Considerados em conjunto, os trabalhos oferecem uma imagem coerente da proposta editorial desta edição. O Direito aparece não como sistema isolado, mas como prática institucional atravessada por mudanças tecnológicas, disputas por reconhecimento, conflitos territoriais, transformações ambientais e exigências democráticas. A revista pretende preservar esse espaço de interlocução entre diferentes campos do conhecimento, com abertura ao debate crítico e à produção de respostas juridicamente consistentes e socialmente responsáveis.

A Iuris Novarum mantém submissões abertas durante todo o ano, em fluxo contínuo. Os artigos encaminhados ao periódico passam por dupla avaliação por pareceristas, em sistema *double review*,

fortalecendo o rigor acadêmico do processo editorial. A recepção permanente de trabalhos busca ampliar a circulação da produção científica e permitir que pesquisas juridicamente relevantes ingressem no fluxo da revista sem depender exclusivamente de períodos específicos de submissão.

A presente edição coincide também com uma etapa de atualização institucional e gráfica. A Iuris Novarum encontra-se em processo de adaptação às novas regras de edição e consolida um novo projeto visual, mais sóbrio e uniforme. A transição procura aperfeiçoar a apresentação dos textos e os procedimentos editoriais, preservando a continuidade institucional do periódico e seu compromisso com a qualidade da publicação científica.

Ao apresentar a Edição 1 do volume 6, a Revista Iuris Novarum renova seu compromisso com a produção e a circulação de conhecimento jurídico crítico, plural e interdisciplinar. Espera-se que os trabalhos desta edição ampliem o debate acadêmico e contribuam para uma cultura jurídica atenta às transformações do presente, à proteção dos direitos, à responsabilidade das instituições e à construção democrática do futuro.